

XIV ENCONTRO DA ASG-PLP - LUANDA, 4 A 7 DE NOVEMBRO 2013

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012/2013

SECRETÁRIA-GERAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O Relatório que agora se apresenta corresponde, grosso modo, ao período da 2.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, isto é, reflete a atividade parlamentar desenvolvida entre 15 de setembro de 2012 e 14 de setembro de 2013.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Considerando as atividades realizadas no decurso da 2.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura da Assembleia da República, e tendo presente preocupações que são comuns à boa gestão da instituição parlamentar, o presente relatório distingue quatro áreas de atividade: atividade legislativa, linhas de orientação orçamental, contacto e informação ao cidadão e cooperação interparlamentar.

No âmbito do processo legislativo destaca-se a apresentação e apreciação pela Assembleia da República de um programa de reformas legislativas muito complexo do ponto de vista político e técnico, sobretudo ao nível do acompanhamento das matérias orçamentais. Das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e eletiva de outros órgãos.

Quanto às linhas orientadoras do orçamento da Assembleia da República para 2013, tal como aconteceu no ano anterior, este é inevitavelmente condicionado por restrições orçamentais que se enquadram num esforço nacional de contenção e por

metas cada vez mais exigentes, definidas pelo Conselho de Administração da Assembleia da República.

Relativamente ao contacto com o cidadão, e dando continuidade à primazia que a Presidente da Assembleia da República coloca numa política de portas abertas à sociedade civil, a Assembleia da República concebeu e inaugurou o Centro de Acolhimento ao Cidadão o qual tornou-se na porta de entrada para qualquer visita ao Palácio de S. Bento.

A cooperação interparlamentar desenvolvida pela Assembleia da República, quer ao nível bilateral quer ao nível multilateral, foi ao encontro dos princípios que têm pautado a sua implementação: troca de experiências, partilha de conhecimentos e defesa de boas práticas que contribuam para a consolidação da instituição parlamentar.

II. ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

No âmbito da **gestão da agenda política e legislativa**, a crise económica e orçamental conduziu, no último ano, à apresentação e apreciação pelo Parlamento de um programa de reformas legislativas muito complexo do ponto de vista político e técnico, sobretudo ao nível do acompanhamento das matérias orçamentais. A par do aumento da atividade fiscalizadora e de controlo da ação do Governo, o processo legislativo (sobretudo ao nível das propostas de lei apresentadas pelo Governo) caracterizou-se por uma acentuada celeridade, tendo em conta a necessidade de cumprimento das metas acordadas no Memorando de Entendimento, com efeitos óbvios ao nível da qualidade da legislação.

Também em termos quantitativos, o número de iniciativas entradas representou um volume de trabalho muito considerável para os Serviços da Assembleia da República, tendo em conta que quase 70% dos projetos de lei e propostas de lei tiveram nota técnica dos Serviços e todos os aprovados foram objeto de redação final.

Também em matéria de **fiscalização política**, se verificou um acréscimo no número de reuniões de comissões parlamentares, assim como no número de sessões plenárias. Realizaram-se 14 debates com o Primeiro-Ministro, tendo-se ainda realizado, em sessões plenárias com a presença do governo, 5 debates de atualidade, 5 debates de urgência, 5 debates preparatórios de Conselhos Europeus, 1 debate político potestativo, 3 debates com os Ministros, 1 debate sobre processos de contas públicas e 1 debate do Estado da Nação.

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e eletiva de outros órgãos. Apresentam-se assim, os trabalhos desenvolvidos durante a 2ª Sessão Legislativa da atual Legislatura:

Tipo de Reunião		Nº Reuniões	
Plenárias	Ordinárias	116	117
	Solenes	1	
Comissão Permanente		1	
Conferência de Líderes		26	
Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares		6	
Conselho de Administração		38	

No período em análise realizaram-se 116 sessões plenárias ordinárias e uma sessão plenária solene que decorreu no âmbito das comemorações do 25 de abril. Igualmente no âmbito da atividade parlamentar corrente tiveram lugar 26 Conferências de Líderes e 6 Conferências dos Presidentes das Comissões Parlamentares. O Conselho de Administração reuniu 38 vezes.

No âmbito das iniciativas legislativas, deram entrada na Mesa da Assembleia da República 162 Projetos de Lei, 73 Propostas de Lei, 20 Propostas de Resolução e 366 Projetos de Resolução. Na 2ª Sessão Legislativa da XII Legislatura foram aprovadas 92 Leis e 167 Resoluções.

Na tabela seguinte discriminam-se as iniciativas legislativas, por grupo parlamentar autor e respetivo processo legislativo, e que originaram Lei.

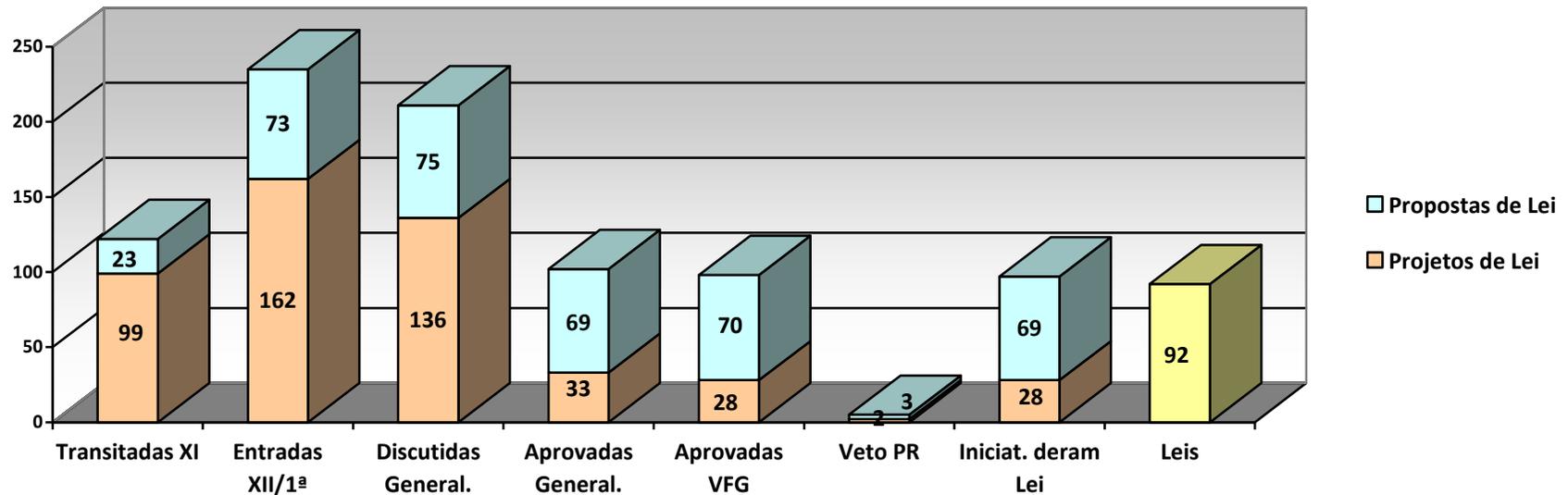


ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete da Secretária-Geral

Projetos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transitadas XII/1ª	Entradas XII/2ª	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Enviadas para Promulgação	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projetos de Lei	PSD	5	3	1	2	1	2	2	0	2	92
	PSD/PS	1	-	-	-	-	1	1	0	1	
	PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE	-	1	1	1	-	1	1	0	1	
	PSD/CDS-PP	1	12	8	8	-	9	9	1	8	
	PS	16	21	16	8	11	6	7	1	7	
	CDS-PP	6	1	1	2	-	2	2	0	2	
	PCP	33	48	45	3	43	1	1	0	1	
	BE	31	59	48	6	48	3	3	0	3	
	PEV	5	16	15	2	14	2	2	0	2	
	Iniciativa Legislativa Cidadãos	1	1	1	1	1	1	1	1	0	
Total	99	162	136	33	118	28	29	2	28		
Propostas de Lei	Governo	18	61	72	69	-	70	70	3	69	
	ALRA Açores	-	8	-	-	-	-	-	0	0	
	ALRA Madeira	5	4	3	-	-	-	-	0	0	
	Total	23	73	75	69	-	70	70	3	69	
Total		122	235	211	102	118	98	99	5	97	

Projetos e Propostas de Lei



O gráfico acima espelha as iniciativas legislativas entradas sendo que a azul correspondem as Propostas de Lei (de iniciativa do Governo) e a laranja os Projetos de Lei (de iniciativa dos deputados). A coluna amarela refere-se às Leis aprovadas e publicadas durante esta 2ª Sessão Legislativa. O Bloco de Esquerda foi o Partido que apresentou mais Projetos de Lei (59), seguido pelo Partido Comunista (48) e depois pelo Partido Socialista (21). O Governo apresentou 79 Propostas de Lei. Foram aprovadas 92 Leis.

Na 2ª Sessão Legislativa da XII Legislatura estiveram em funcionamento **12**

Comissões Permanentes, número fixado no início da Legislatura:

- 1ª – “Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2ª – “Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”;
- 3ª – “Defesa Nacional”;
- 4ª – “Assuntos Europeus”;
- 5ª – “Orçamento, Finanças e Administração Pública”;
- 6ª – “Economia e Obras Públicas”;
- 7ª – “Agricultura e Mar”;
- 8ª – “Educação, Ciência e Cultura”
- 9ª – “Saúde”;
- 10ª – “Segurança Social e Trabalho”;
- 11ª – “Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local”;
- 12ª – “Ética, Cidadania e Comunicação”.

A tabela seguinte apresenta o número de reuniões ordinárias e extraordinárias que cada Comissão Parlamentar Permanente realizou até finais de julho¹:

Comissão	Reuniões	Audições	Audiências	Visitas e Deslocações	Conferências, Colóquios e Seminários
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	77	42	23	26	5
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	49	19	23	4	3
Defesa Nacional	55	21	12	20	1
Assuntos Europeus	66	22	15	13	-
Orçamento, Finanças e Administração Pública	122	115	42	10	-
Economia e Obras Públicas	72	53	8	12	1
Agricultura e Mar	74	44	21	7	5
Educação, Ciência e Cultura	120	58	59	60	10
Saúde	47	28	46	2	1
Segurança Social e Trabalho	64	34	35	4	2
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	63	62	4	6	1
Ética, Cidadania e Comunicação	65	22	7	2	4
Total	874	520	295	166	33

De salientar, que para além das reuniões acima referidas, as Comissões levam a efeito outro tipo de reuniões, nomeadamente, da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares e reuniões no exterior.

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito

Na Sessão Legislativa aqui em análise foram constituídas três Comissões Eventuais, entre as quais duas Comissões de Inquérito:

- **Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal** – constituída com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas e o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal, a qual funcionará durante a vigência desse programa.

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A.** – Entre outros objetivos esta Comissão Eventual Inquérito averiguou a dimensão de recursos públicos atribuídos ao Banco Português de Negócios, S. A., e às respetivas empresas veículo, nos processos de nacionalização, reestruturação e reprivatização, bem como antecedentes estruturais ou conjunturais relevantes para essas operações.

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Setor Rodoviário e Ferroviário** – Constituída na sequência do pedido de inquérito parlamentar subscrito por todas as forças políticas com representação parlamentar, esta Comissão Eventual de Inquérito visou avaliar o impacto para o Estado da contratualização, renegociação e gestão de todas as parcerias público-privadas do sector rodoviário e ferroviário.

Reuniões e Audições por Comissão Eventualⁱⁱ:

Comissões		Reuniões	Audições
Eventuais	Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal	17	13
Eventuais de Inquérito	Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público	27	13
	Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário	66	54
	Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A.	4	-
	X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate	36	26
Total		150	106

No âmbito da **atividade de orientação e fiscalização política da AR**, refira-se ainda a apresentação de **quatro Moções de Censura** ao Governo, as quais foram rejeitadas. Estas iniciativas foram apresentadas, nos termos do artigo 194º da Constituição, pelos Grupos Parlamentares do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista e do Partido Ecologista Os Verdes. Foi apresentada **uma Moção de Confiança** ao Governo, a qual foi aprovada.

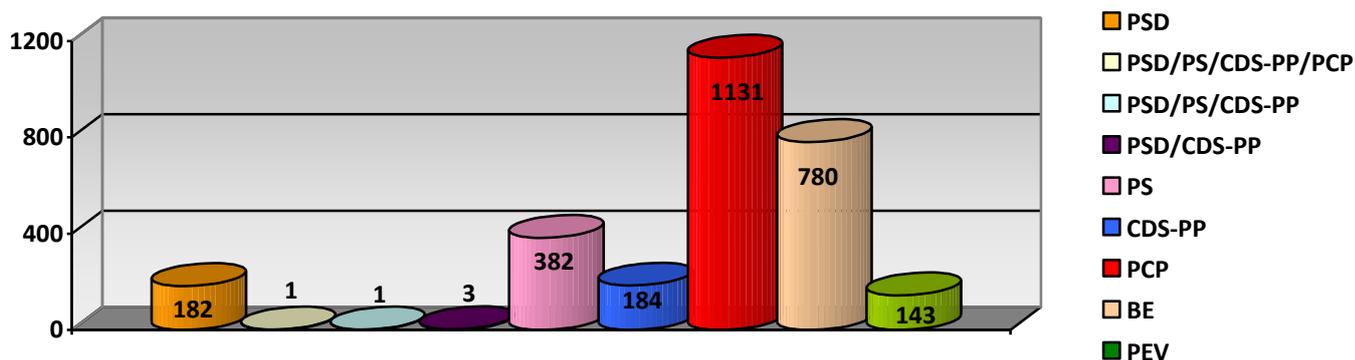
Nesta 2ª Sessão Legislativa tiveram lugar **38 Debates em Plenário**, distribuídos de acordo com a tipologia prevista no Regimento e conforme a tabela que se apresenta:

Debates		Total
Debate com o Governo	Debate do Estado da Nação	1
	Debate Quinzenal com 1º Ministro	14
	Debate com o 1º Ministro antes do Conselho Europeu	5
	Debate com os Ministros	3
Outros Debates	Debate de Atualidade	5
	Debate de Urgência	5

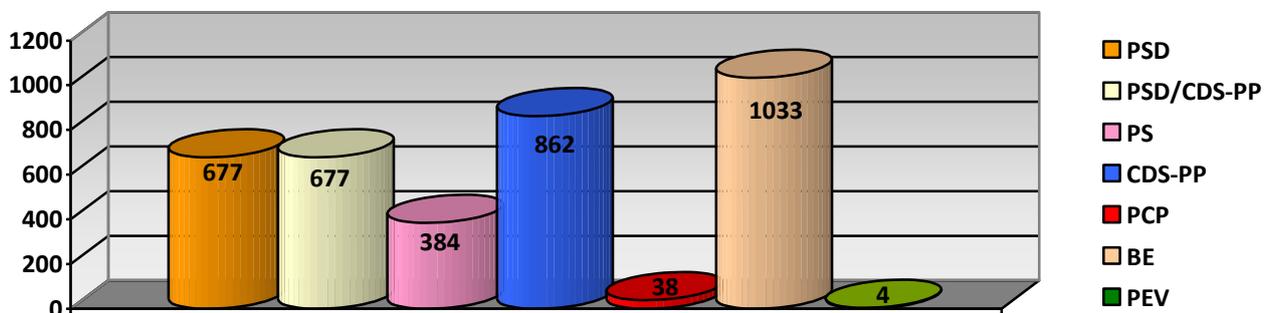
	Debate Político Potestativo	1
	Declaração do Governo	3
	Processos Contas Públicas (Orientação Política Orçamental, Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	1
	Total	38

Foram formuladas, pelos seis Grupos Parlamentares, 2.807 **Perguntas** e 2.998 **Requerimentos**. O Grupo Parlamentar do PCP foi quem dirigiu mais Perguntas ao Governo e o Grupo Parlamentar do BE foi quem efetuou mais Requerimentos, conforme espelham os gráficos abaixo:

Perguntas Formuladas na XII/2ª



Requerimentos Formulados na XII/2ª



Efetuiu-se a consolidação da desmaterialização dos requerimentos e perguntas dos Deputados feitos à Administração Central (AC) bem como dos requerimentos à Administração

Local (AL), com o conseqüente benefício para todas as partes intervenientes e com uma enorme redução da utilização do papel.

Os requerimentos à Assembleia da República (AR), às Regiões Autónomas (RA) e às Entidades Independentes (EI) continuaram a terem um tratamento semelhante a anos anteriores, ou seja, o processo ainda não está desmaterializado ma, estes requerimentos têm uma importância residual em termos quantitativos.

III. ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2013 – LINHAS ORIENTADORAS

O Orçamento da Assembleia da República (OAR) para 2013 foi elaborado tendo em consideração as linhas de orientação aprovadas em julho de 2012, pelo Conselho de Administração da Assembleia da República.

O OAR viabiliza a execução das diversas atividades que a Assembleia da República se propõe desenvolver, bem como as planeadas pelas Entidades que funcionam junto da Assembleia da República (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Provedoria de Justiça, Comissão Nacional de Eleições, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Comissão Nacional de Proteção de Dados, Conselho Nacional de Ética para as Ciências Vivas e Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN), pelas Entidades cujos orçamentos dependem das verbas que, para o efeito, são inscritas no OAR (Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal) e ainda de Entidades financiadas pelo OAR (Grupo Desportivo Parlamentar e Associação dos Ex-Deputados).

O orçamento estritamente da atividade da Assembleia da República, para o ano de 2013, caracteriza-se por uma **redução de 13,6%** relativamente ao OAR 2012 corrigido, derivada não apenas pelo decréscimo das despesas de capital (69,6%), como também pela diminuição das despesas correntes (2,4%), não obstante a reposição de um dos subsídios de férias e Natal.

O Conselho de Administração da AR deliberou no sentido de impor metas mais exigentes para o Orçamento da própria AR, para os orçamentos dos Conselhos e para as dotações a inscrever para as Entidades Autónomas. Tais deliberações assentam no entendimento de que o Parlamento, sem prejuízo do seu estatuto de autonomia financeira e das suas competências autorreguladoras, deve participar no esforço nacional de contenção orçamental, o que aliás o fez antecipar, desde 2010, medidas de redução das despesas correntes e de investimento.

Decorrente da aplicação dos critérios elencados e das linhas de orientação supramencionadas, o OAR 2013 apresenta uma **despesa total de €140.219.365**, que se encontra distribuída da seguinte forma:

- **Assembleia da República: €65.898.864;**
- **Entidades dependentes do OAR: €717.369;**
- **Entidades que funcionam junto da AR: €10.287.913;**
- **Subvenções aos Partidos Políticos: €14.853.459;**
- **Subvenções para as Campanhas Eleitorais: €48.461.760.**

Refira-se que ao nível dos Serviços da Assembleia da República, leia-se postos de trabalho, do OAR 2013 decorre uma redução de verbas em relação ao OAR 2012, devido à diminuição prevista do número de efetivos, bem como por via das reduções remuneratórias que se antevêm manter-se.

O quadro abaixo é representativo do número e da distribuição dos funcionários por grupos profissionais em exercício de funções a 1 de janeiro de 2012 e que se preveem em efetividade de funções a 1 de janeiro de 2013. Este quadro assenta a sua estrutura, ao nível dos grupos/carreiras, na Lei nº 23/2011, de 20 de maio, que aprovou o Estatuto dos Funcionários Parlamentares.

Número de efetivos - Serviços da Assembleia da República

GRUPOS PROFISSIONAIS	2012	2013
Dirigente	22	21
Assessor Parlamentar	128	123
Técnico Parlamentar	16	14
Programador Parlamentar	1	1
Técnico de Apoio Parlamentar	122	114
Operador Parlamentar de Sistemas	4	4
Encarregado Operacional Parlamentar	3	3
Assistente Operacional Parlamentar	79	76
Enfermeiro	1	1
<i>Sub-total</i>	376	357
Avençados	8	7
<i>Total</i>	384	364

Neste mapa constam, assim, os postos de trabalho ocupados pelos funcionários parlamentares que, de acordo com o artigo 13.º do EFP, detêm uma relação jurídica de emprego parlamentar constituída por um contrato de trabalho parlamentar, bem como os que se encontram em regime de contrato a termo resolutivo incerto. Inclui, de igual modo, os trabalhadores em cedência de interesse público, nomeadamente a orçamentação de mais 5 assessores em 2013, e ainda os contratados em regime de avença.

Em síntese, a elaboração do OAR 2013 teve presente os seguintes parâmetros:

- **Diminuição em 13,8% (€10.634.658,78)**, relativamente ao OAR2012 corrigido, da despesa inscrita no OAR2013 para a Atividade da AR (excluídas as subvenções para as entidades autónomas, partidos e campanhas eleitorais), conforme Quadro 13. A diminuição é de 13,6% (€10.372.282,88) não considerando a atividade dos Conselhos cujos orçamentos se encontram integrados no OAR (vide Quadro 1);
- Diminuição que, a manterem-se no orçamento de 2013 os pressupostos do de 2012 (sem a reposição de um subsídio de férias /Natal), se expressaria em 16,5% (€12.729.718,78) para a despesa de funcionamento da AR;

- **Aumento de 5,1% da despesa global das Entidades Autónomas** relativamente ao orçamento corrigido de 2012, no que respeita às transferências do OE (inscrição do montante necessário ao pagamento de um subsídio de férias/Natal; e no caso da CNE, acrescido dos custos com as campanhas de esclarecimento no âmbito das Eleições Autárquicas de 2013);
- Definição de um **Plano de Investimentos para a AR assente exclusivamente em projetos considerados prioritários** (fundamentais ou urgentes);
- Constituição de uma **“Dotação Provisional”** no montante de **€3.500.000** (€3.000.000 de dotação provisional corrente e €500.000 de dotação provisional de capital), com o objetivo de fazer face a **despesas imprevisíveis e inadiáveis** que venham a ocorrer em 2013;
- Integração da estimativa do **saldo de gerência do ano 2012 no valor de €12.000.000;**
- Inscrição de verbas para fazer face ao pagamento, quer das **Subvenções Públicas aos Partidos Políticos**, quer das **Subvenções às Campanhas das Eleições Autárquicas que irão ocorrer em 2013**, nos termos da Lei nº19/2003, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro e as previstas alterações a esta última, passando a redução das subvenções para as campanhas eleitorais para 20%.

Cumprindo estes parâmetros materializou-se esta proposta com uma **dotação global de Despesa de €140.219.365**, montante que inclui a importância de **€48.461.760** para fazer face às **Subvenções para a campanha das Eleições Autárquicas** que se irão realizar em 2013.

IV. O CENTRO DE ACOLHIMENTO AO CIDADÃO

A Assembleia da República inaugurou no dia 25 de abril, durante a 2ª Sessão



Legislativa da XII Legislatura um novo espaço de encontro com os cidadãos: o Centro de Acolhimento ao Cidadão.

Trata-se de um espaço dinâmico e interativo que permite que os cidadãos explorem, de forma envolvente, informações essenciais sobre o

Parlamento português.

A criação deste espaço foi concretizada pela Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, com o objetivo de proporcionar uma abertura dialogante e informada aos visitantes que estabelecem um primeiro contacto com este órgão de soberania.

A sua inauguração constituiu um dos pontos altos do programa da cerimónia solene do dia 25 de abril, e contou com a presença do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva e do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, a convite da Presidente da

Assembleia da República. No mesmo dia, à tarde, teve lugar a abertura oficial aos cidadãos, conduzidos ao local pela



própria Presidente da Assembleia da República, que fez questão de lhes dar pessoalmente as boas-vindas e apresentar este novo espaço de diálogo.

A Assembleia da República (o Palácio de S. Bento) recebe, em média, mais de 20 mil visitantes por ano, tratando-se maioritariamente de estudantes de instituições de diversos graus de ensino (a partir do 4.º ano de escolaridade, inclusive) e grupos organizados de cidadãos nacionais e estrangeiros, que, a partir de agora, podem usufruir do Centro de Acolhimento ao Cidadão.

O Centro tem capacidade para 100 pessoas e foi concebido para acolher os cidadãos integrados nas visitas ao Parlamento, proporcionando-lhes, desta forma, o adequado enquadramento para a posterior visita aos espaços mais emblemáticos do edifício.

A visita ao Centro de Acolhimento ao Cidadão, tem início no “Corredor da História”, um friso cronológico que assinala as principais datas da história parlamentar, começando pela Monarquia Constitucional de 1820, acompanhado de fotografias ilustrativas de vários momentos marcantes que aconteceram no Parlamento.



No interior da sala, há uma antecâmara onde são disponibilizadas gratuitamente



brochuras informativas adaptadas para diferentes faixas etárias, folhetos sobre o Palácio de S. Bento e sobre vários serviços da Assembleia da República, brochuras sobre os atuais deputados, para além de uma Constituição da República

Portuguesa em miniatura. Existem também postais onde os cidadãos podem deixar mensagens aos seus representantes.

Ao centro da sala encontra-se um cubo multimédia com oito ecrãs táteis que permitem aos visitantes consultar informações pormenorizadas sobre os círculos eleitorais, a atividade parlamentar, a biografia dos deputados, os vários órgãos da Assembleia da República, o processo legislativo, os grupos parlamentares, etc.



Os visitantes são ainda convidados a assistir à exibição de um filme com cerca de 12 minutos que, numa perspetiva educacional, explica as funções mais importantes do Parlamento, o seu funcionamento e competências, entre outros.

Dadas as suas características e tendo em conta o objetivo primordial da sua criação, o Centro de Acolhimento ao Cidadão pode também acolher exposições, seminários e outros eventos dirigidos aos cidadãos.



O Centro funcionará também, futuramente, como espaço aberto para atividades pedagógicas, dirigidas a crianças e jovens, em complemento das visitas guiadas. A escolha deste público como alvo das atividades pedagógicas prende-se com a convicção da importância das gerações futuras enquanto multiplicadoras de informação privilegiadas. Estas ações terão como finalidade comunicar o Parlamento na prática, promover competências na área da formação cívica e refletir e debater sobre diferentes formas de exercício da cidadania ativa e de participação na vida democrática.

O Centro de Acolhimento ao Cidadão está situado no espaço outrora ocupado pelo Refeitório dos Monges do Mosteiro de S. Bento da Saúde, edifício cuja construção se iniciou em 1598 e que está na origem do Palácio de S. Bento, sede do Parlamento português desde 1834. A sala, decorada com painéis de azulejos (datados do séc. XVIII) alusivos, na sua maioria, à vida de S. Bento, era o local onde os monges beneditinos confraternizavam e passa a ser, no século XXI, usufruto dos visitantes da AR e ponto de partida para as visitas ao Parlamento.

V. A ATIVIDADE INTERNACIONAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO ÂMBITO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

No âmbito das visitas oficiais à Assembleia da República assinala-se:

- Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Vicente Guterres – Abril de 2013



- Presidente do Senado Federal do Brasil, Renan Calheiros – Maio de 2013



Cooperação Parlamentar Bilateral

No âmbito dos diversos Programas de Cooperação Parlamentar que a Assembleia da República celebrou com outros Parlamentos de Língua portuguesa, realizaram-se diversas ações de formação, estágios *on the job* e missões de assistência técnica e material que envolveram, de forma muito positiva, funcionários parlamentares afetos às várias áreas da atividade parlamentar.

De entre as várias ações realizadas destacam-se as seguintes:

Assinatura de Programa de Cooperação - Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP)

Em janeiro de 2013 o Secretário-Geral da ANSTP, Romão Pereira do Couto, efetuou uma visita à Assembleia da República durante a qual celebrou o Programa de Cooperação Parlamentar para o período 2013/2015.



Na continuidade dos bons resultados obtidos com os Programas de Cooperação anteriores, e num processo de consolidação de competências técnicas, o **Programa de Cooperação 2013/2015** tem por objetivo a implementação de ações eleitas pelas Partes, tendo em vista o desenvolvimento e o aprofundamento do papel da Instituição Parlamentar, no respeito das suas especificidades próprias, bem como do interesse no reforço e na consolidação dos laços de amizade e de cooperação.

Avaliação Intercalar do Programa de Cooperação e Visita de Estudo - Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)

Destaca-se a visita da Secretária-Geral da ANCV, Libéria Brito, no início de setembro de 2013. Esta visita culminou com a assinatura do **Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Cooperação 2012/2014**, o qual definiu como resultados esperados o aumento da capacitação profissional dos funcionários da ANCV no desempenho das suas funções; o aumento da capacidade de gestão dos recursos humanos, materiais e patrimoniais da ANCV; e o aprofundamento do relacionamento institucional com os outros Órgãos de soberania e o público em geral.

Esta avaliação intercalar espelhou uma taxa de execução do Programa de Cooperação de 32%, devendo atingir os 54% no final de 2013, confirmou o

cumprimento dos objetivos definidos no início da sua vigência e impulsionou linhas orientadoras para o futuro.



Estágios *on the job* - Assembleia da República de Moçambique (ARM)

A Assembleia da República acolheu funcionários do Parlamento de Moçambique com o objetivo de partilharem experiência e realizarem estágios *on the job* nas áreas de aprovisionamento e património e gestão financeira.

Visitas de estudo de Delegações de Comissões Parlamentares Permanentes - Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

No período analisado pelo presente relatório destaca-se o acolhimento de quatro visitas de estudo de Deputados membros das Comissões Permanentes de Orçamento e Finanças (2); Saúde, Cultura e Igualdade; e Comissão de Ética.

A cooperação parlamentar promovida e desenvolvida pela Assembleia da República visa o reforço da capacidade institucional dos parlamentos no quadro do seu posicionamento quanto aos restantes órgãos de soberania do Estado, a

consolidação e aperfeiçoamento das competências profissionais dos recursos humanos parlamentares e insta à partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas.

Luanda, 4 a 7 de novembro de 2013

ⁱ Dados reportam a 29 de Julho de 2013.

ⁱⁱ Dados reportam a 29 de Julho de 2013.